

EDP Renováveis avança em 2018 com construção de dois parques eólicos

3 de Novembro, 2017

A EDP Renováveis vai avançar em 2018 com a construção dos dois parques eólicos aprovados pelo Governo no final de outubro referentes a candidaturas à atribuição de licenças eólicas feitas em 2008, anunciou hoje o presidente da empresa. “Os dois parques, que já estão aprovados, vão avançar para o ano. Houve um concurso [...] e, portanto, nós vamos avançar como previsto”, disse à agência Lusa o presidente da EDP Renováveis, João Manso Neto.

Falando à margem do nono encontro promovido em Lisboa pela Associação Portuguesa das Empresas do Setor Elétrico (ELECPOR), na qual Manso Neto é presidente, o responsável precisou que, no próximo ano, as obras vão “começar e acabar”.

Questionado sobre montantes, João Manso Neto referiu que “o investimento é um pouco mais [do que estava previsto], para aí de 60 milhões de euros”, já que “os dois parques juntos terão cerca de 50 megawatts”. Inicialmente previa-se que o investimento rondasse os 50 milhões de euros.

Manso Neto desvalorizou a demora na decisão do Executivo, apontando que “tem o seu tempo”. “Estamos em hora, sem problema”, adiantou.

Em causa estão os parques eólicos de Maunça (20 megawatts), no concelho da Batalha, distrito de Leiria, e de Vigia (28 megawatts), no concelho de Tarouca, no distrito de Viseu.

De acordo com uma informação divulgada no final de outubro pelo gabinete do secretário de Estado da Energia, Jorge Seguro Sanches, “a instalação destes projetos, ainda com tarifas ‘feed-in’ (isto é, tarifas subsidiadas), insere-se na lógica de estabilidade contratual e regulatória assumida pelo Governo para o setor”.

Segundo o Executivo, os projetos terão “uma considerável incorporação industrial nacional, de acordo com as contrapartidas do contrato, assumidas pelo promotor com o Estado”. Na nota, a secretaria de Estado da Energia realçava também que “a evolução tecnológica, entretanto registada nos últimos anos, combinada com o forte potencial solar nacional impôs, no entanto, uma mudança de paradigma no setor das energias renováveis”, que se traduz no fim das tarifas subsidiadas à produção de eletricidade. “É neste contexto que assenta a atual aposta do Governo na promoção de projetos renováveis, sem tarifa ‘feed-in’, que penalizem a fatura de energia, em especial das famílias”, acrescentava a secretaria de Estado.

Os projetos da empresa liderada por Manso Neto aguardavam aprovação desde 2008, pelo que seguirão as condições então vigentes.